



## PDES 2025: a naturalização e gestão da barbárie no Espírito Santo

*PDES 2025: the normalisation and management of barbarism in Espírito Santo*

**Raquel Mota MASCARENHAS\***

<https://orcid.org/0000-0003-2410-3429>

**Resumo:** Este artigo apresenta as principais conclusões, da pesquisa bibliográfica e documental, acerca da meta de *erradicar a pobreza até 2025*, constituinte do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025. Argumenta-se que essa é construída sob o marco dos fundamentos teórico e metodológico da internacionalização do combate à pobreza, transpondo-se para o território estadual o discurso hegemônico de erradicação da pobreza nos marcos do capitalismo, sendo funcional à naturalização e gestão da *barbárie* característica da contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Pobreza. Barbárie. Capitalismo.

**Abstract:** This article presents the main conclusions from bibliographical and documentary research regarding the goal of, "eradicating poverty by 2025", that forms a constituent part of the Espírito Santo Plan Development 2025. Its argument is based on the theoretical and methodological foundations of the internationalisation of confronting poverty, transposing to the state scale the hegemonic discourse regarding the eradication of poverty in capitalism and the functional normalisation and management of contemporary barbarism.

**Keywords:** Poverty. Barbarism. Capitalism.

*Submetido em: 7/10/2018. Revisado em: 26/4/2019 – 13/5/2019 – 29/10/2019. Aceito em: 10/2/2020.*

### Introdução

O *sociometabolismo do capital*<sup>1</sup> requer um conjunto de manobras para mantê-lo de pé diante a *crise estrutural global*<sup>2</sup> que o assola desde a década de 1970. Dentre essas, nos atemos à *estratégia hegemônica de erradicação da pobreza* que, a

\* Assistente Social. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. (UFOP, Mariana (MG), Brasil). R. do Catete, 166, Mariana (MG), 35420-000. E-mail: [rmmascarenhas.ufop@gmail.com](mailto:rmmascarenhas.ufop@gmail.com).



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

<sup>1</sup> O sistema sociometabólico diz respeito ao intercâmbio entre humanidade e natureza e entre indivíduos humanos entre si, que se constitui de diversas formas ao decorrer da história. Desse modo, o capital emerge enquanto uma forma histórica de sociometabolismo que se organiza a partir do tripé capital, trabalho e Estado e, visando o alcance de suas necessidades de produção/reprodução, submete ao seu domínio o trabalho e a natureza, as duas fontes de riqueza (MÉSZÁROS, 2011).

<sup>2</sup> A crise estrutural global do capital, diferente das crises cíclicas, trata-se de uma crise que “[...] afeta o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100).

partir da década de 1980, constitui uma das formas de naturalizar e gerenciar a *barbárie*<sup>3</sup>. Isso porque consolida um conjunto de fundamentos teóricos que negam a gênese da pobreza enquanto uma das expressões da “questão social”<sup>4</sup>, desconectando-a da *lei geral de acumulação capitalista*<sup>5</sup>. Além disso, impõe um conjunto de fundamentos metodológicos, como norteamento à gestão pública das ações para o enfrentamento da pobreza, que estão circunscritos na responsabilização do indivíduo pobre pela sua condição social. É desse modo que a *estratégia hegemônica de erradicação da pobreza* ao mesmo tempo em que expressa, também ratifica o processo de fetichização<sup>6</sup> que constitui as relações sociais capitalistas. Isto é, contribui para criar uma cortina de fumaça diante a *barbárie*, naturalizando-a, ao mesmo tempo no qual a gerencia, promovendo a sustentação da sociabilidade capitalista (MASCARENHAS, 2016).

Diante disso, temos o interesse de observar a inferência dessa *estratégia* na gestão pública do território capixaba. Portanto, tendo esse como *locus* de observação, busca-se nesse artigo analisar *quais são os fundamentos teóricos e metodológicos que embasam a formulação da estratégia de erradicação da pobreza no Espírito Santo*. Para tanto, examinou-se o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 (PDES 2025), que apresenta o planejamento estratégico em que o *desenvolvimento sustentado* é estabelecido como *visão de futuro* a ser construída até o ano de 2025, no qual a *erradicação da pobreza* é uma das *metas* almejadas. Especificamente, quatro documentos serão fonte da pesquisa documental, conforme descrito no Quadro 1:

Quadro 1 - Documentos analisados

Identificação	Documento	Conteúdo	Localização
V 1	Volume 1 Síntese do plano	Síntese dos 11 volumes que compõem o PDES 2025	<b>PDES 2025</b> Disponível em: <a href="http://www.espiritosanto2025.com.br">www.espiritosanto2025.com.br</a>
V 2	Volume 2 Pesquisa qualitativa	Apresentação da síntese e interpretação da pesquisa qualitativa e, também, registro das entrevistas e das intervenções realizadas por meio do <i>site</i> do PDES 25 na Internet, no período de sua elaboração.	
V 7	Volume 7 Visão de futuro	Síntese das reflexões estratégicas que balizaram a construção da “visão de futuro” que é objetivo do PDES 2025.	
V 8	Volume 8 Carteira de projetos estruturantes	Apresentação do Portfólio de Projetos Estruturantes, orientados para a construção da “visão de futuro”.	

Fonte: Elaboração nossa.

<sup>3</sup> A barbárie é a dissolução passiva do sociometabolismo do capital, isto é, “É o fim de uma forma social que não tem mais por onde se desenvolver, na medida em que seu princípio dinâmico chegou ao esgotamento, e tampouco é tensionada para, da sua autodestruição, criar outra nova – em síntese, um processo prolongado de impasses que levam a sua dissolução passiva (MENEGAT, 2011, p. 25).

<sup>4</sup> “A ‘questão social’, nesta perspectiva analítica, nada tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001, p. 46). A expressão *questão social* entre aspas procede, justamente, para diferenciá-la da apropriação que dela foi feita pelo ideário burguês.

<sup>5</sup> “Se os meios de produção, ao aumentar sua extensão e sua eficácia, se tornam em menor grau meios de emprego dos trabalhadores, temos que considerar ainda que essa relação é modificada pelo fato de o capital, à medida que cresce a produtividade do trabalho, aumenta sua obtenção de trabalho mais rapidamente que sua procura de trabalhadores. [...] A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação de capital” (MARX, 1989, p. 738).

<sup>6</sup> O fetiche, categoria teórica marxiana, refere-se a que as relações sociais, no capitalismo, assumem a forma de relações entre coisas, ao invés de relações entre sujeitos sociais; a superação da realidade a que se refere aquela categoria pressupõe o fim da sociedade baseada na produção de mercadorias (MARX, 2004).

Os quatro volumes são selecionados, dentre o total de doze, por expressarem a elaboração e estruturação do PDES 2025. Dessa forma, a fim de analisar a construção da estratégia hegemônica de enfrentamento da pobreza no estado, estima-se descrever e analisar alguns elementos que constituem o PDES 2025: i) as forças sociais que participaram da sua elaboração; ii) a concepção de realidade social que o dirige; iii) a constituição da meta de erradicar a pobreza até 2025 e iv) as concepções de pobreza e de pobre que a norteiam. São tais elementos, além dessa introdução e das considerações ao final, que estruturam esse artigo.

### **Resolução da desordem instalada e forças sociais**

A classe dominante capixaba apenas reeditou, ainda que em novas bases, suas formas de gerenciar a sociedade e manter seu poder econômico e político, ao tornar coletivos interesses que lhe são particulares – mediante a miragem de um *desenvolvimento sustentado*, supostamente comprometido com a qualidade de vida do capixaba. Com isso levou os louros da *resolução da desordem instalada*<sup>7</sup>, que particularizou a *barbárie* na emblemática crise econômica e política do final da década de 1980 no Espírito Santo (MASCARENHAS, 2014).

Para entender o processo de *resolução da desordem instalada*, abordaremos três elementos: i) o terceiro ciclo econômico capixaba, assentado na produção de *commodities*, principalmente, petróleo e gás natural; ii) a reorganização da classe dominante estadual, centrada no Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (MEESA); e iii) o reordenamento do executivo estadual, com a eleição de Paulo César Hartung Gomes. Isso porque, como veremos a seguir, a Petrobrás, o governo Paulo Hartung (2003-2010) e o MEESA são os principais protagonistas da construção do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025.

Hegemonicamente, tem-se compreendido que, desde o início do século XXI, o Espírito Santo vive o seu terceiro ciclo<sup>8</sup> de desenvolvimento, assentado, de forma central, na extração de petróleo e de gás natural que ganhou destaque no final da década de 1990 (AEQUUS CONSULTORIA, 2010; PIRES, 2010). Essa atividade econômica é gerida pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás)<sup>9</sup>, que em seu planejamento estratégico, prevê alto investimento no Espírito Santo, mas destaca como obstáculo o baixo desenvolvimento tecnológico e industrial, a insuficiente qualificação de mão de obra e a necessidade de maior apoio aos empresários do ramo (OLIVEIRA, 2010).

Essa conjuntura de progresso econômico é recebida positivamente tanto pelo executivo estadual quanto pelo empresariado local (AEQUUS CONSULTORIA 2010). No entanto, tendo visto a *desordem instalada*, um grupo de empresários, mirando interferir na conjuntura estadual, fundam o MEESA – organização estruturada em arranjos

---

<sup>7</sup> Uma síntese dessa defesa pode ser apreciada em Aequus Consultoria (2010).

<sup>8</sup> O terceiro ciclo de desenvolvimento é precedido do segundo - entre as décadas de 70 e 80 e centrado em grandes projetos industriais, como a produção de minério de ferro e celulose – e primeiro ciclo – até a década de 1960 e centrado na agroexportação de café.

<sup>9</sup> A Petrobrás é uma empresa de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil, sendo, portanto, uma empresa estatal de economia mista.

produtivos locais (APL), que, em linhas gerais, integra público e privado para criar ambiente político e infraestrutura favorável aos investimentos, sobretudo, em petróleo e gás natural. Em síntese, o MEESA surgiu como reação à crise política e expressa a reorganização da elite econômica capixaba<sup>10</sup>. Como expressa seu *objetivo* de “[...] contribuir para a construção de um estado referência [...]” e “[...] tornar as empresas ainda mais conscientes e participativas em seu papel econômico e social [...]”; além de sua *missão*, que é “[...] mobilizar a classe empresarial do ES a contribuir na formação de uma sociedade melhor e mais justa” (MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2012).

A história do MEESA mescla-se com a história da eleição de Paulo Hartung<sup>11</sup> a governador do Espírito Santo. Isso porque, antes mesmo de ser fundado como movimento organizado, se constituiu como rede de apoio à eleição de PH, porque “[...] a liderança política é para o Espírito Santo em Ação o condutor do processo de desenvolvimento [...]” (RAINHA, 2012, p. 118), pois “[...] embora uma entidade privada possa criar um ‘projeto econômico’, somente uma liderança política é ‘capaz de tocar esse projeto’” (RAINHA, 2012, p. 118).

Assim, vinculado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), Paulo Hartung, ex-prefeito da capital do estado, venceu as eleições no primeiro turno, com 54% dos votos válidos, expondo um programa de governo centrado na reconstrução do estado e no combate ao crime organizado. Seu mandato é norteado por quatro diretrizes: reconstrução das instituições; ampliação de investimento; dinamização da economia; e planejamento como ferramenta de governo (SILVA, 2010). Sendo alguns elementos emblemáticos de seu governo: redução da dívida pública, via antecipação de *royalties* pelo governo federal; planejamento orçamentário (AEQUUS CONSULTORIA, 2010); reorganização do legislativo estadual, com apoio à eleição de novas lideranças, cassação de mandatos e eleição de um aliado à presidência da Assembleia Legislativa; construção de relação autoritária com o legislativo estadual, anulando parte da corrupção, mas também cerceando a sua função fiscalizadora do executivo (RAINHA, 2012). Esses elementos possibilitam o reconhecimento hegemônico de que *anulou a corrupção* e promoveu um

---

<sup>10</sup> O grupo fundador do MEESA é composto por dezesseis indivíduos: Arthur Carlos Gerhardt Santos, engenheiro civil, diretor presidente da Sereng (engenharia e consultoria); Carlos Augusto Lira Aguiar, engenheiro químico, presidente da Aracruz Celulose (Fibria); Carlos F. Monteiro Lindenberg Filho, diretor da Rede Gazeta (comunicação); Carlos F. Monteiro Lindenberg Neto, diretor geral da Rede Gazeta; Ernesto Mosaner Júnior, engenheiro industrial, superintendente da Elkem (carboderivados); João Gualberto M. Vasconcellos, cientista político, diretor do Futura (instituto de pesquisa); José Armando de Figueiredo Campos, engenheiro de minas, presidente da CST (ArcelorMittal); José Luiz Soares Orrico, economista, diretor do Futura; José Teófilo de Oliveira, economista, consultor; Nelson Alvarenga de Saldanha, presidente da Cepemar (consultoria em meio ambiente); Nilton Carlos Chieppe, presidente da Viação Águia Branca; Orlando Caliman, economista, diretor do Futura; Pedro Burnier, engenheiro agrônomo, presidente da Gaia Papaya (mamão); Sérgio Giestas Tristão, economista, presidente do Grupo Tristão (café); Sérgio Rogério de Castro, engenheiro mecânico, presidente da FIBRASA S/A (embalagens plásticas); Walter Lídio Nunes, engenheiro mecânico, diretor de operações da Aracruz Celulose (Fibria) (RAINHA, 2012).

<sup>11</sup> O MEESA apoiou Paulo Hartung por considerá-lo pertencente a nova geração de lideranças políticas, diferente das forças sociais tradicionalmente à frente do executivo e do legislativo estaduais. Esses novos líderes eram vistos como favoráveis a gestão democrática com planejamento do gasto público, racionalidade política, transparência nas ações e qualificação da gestão pública (SILVA, 2010).

*choque ético* nas instituições públicas (RAINHA, 2012; AEQUUS CONSULTORIA, 2010; INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2010).

Contrariamente, advogamos que essa interpretação expressa uma visão parcial e aparente da realidade. Se é fato que o governo Hartung reorganizou as finanças públicas e as relações políticas no Espírito Santo, não se pode desconsiderar que tais providências foram tomadas tendo como palco uma verdadeira desordem social, permeada pela desigualdade social profunda, em que a expansão da riqueza estava lado a lado com sua concentração e que não fora solucionada nem amenizada. Assim, a aparente solução de alguns problemas leva-nos à essência dos fatos, no qual o governo figura como propulsor da crença na *resolução da desordem instaurada* e que o identifica como *autor* dessa *resolução*.

Essa visão hegemônica constitui-se a partir da identificação de um inimigo comum (a corrupção), cujo enfrentamento vitorioso carecia de um modelo de desenvolvimento. Esse foi formulado durante o primeiro governo Paulo Hartung (2003-2006), que buscou legitimidade via associação direta com forças sociais em evidência no cenário estadual, sendo sua palavra de ordem “planejar o futuro e trabalhar em mutirão com a sociedade”.

Neste ponto, interessa-nos, sobretudo, mostrar que as três forças sociais que, de fato, protagonizaram a formulação do PDES 2025 foram o governo estadual, a Petrobrás e o MEESA. Isso porque, o mencionado *mutirão com a sociedade* delinea, na prática, uma consulta aos poucos representantes de outras forças sociais<sup>12</sup>, cujos interesses não tiveram expressividade na formulação do modelo de desenvolvimento, devido a serem distintos daqueles constituídos por as três forças sociais dominantes. Essa consulta, portanto, reflete a exclusão dos trabalhadores do processo de planejamento público, em que apenas a burguesia senta-se à mesa com o Estado.

Portanto, o PDES 2025 é expressão concreta da estratégia das *forças sociais* pertencentes à burguesia capixaba, não apenas para gerir a crise política e econômica, mas também para garantir a reprodução do capital em território espírito-santense. Isso culminará em três grandes ações: i) assalto ao orçamento público; ii) influência direta nas decisões acerca do planejamento infra-estrutural e do investimento em ciência e tecnologia, específicos para o fomento dos APLs; e iii) disseminação de ideias e valores burgueses, objetivando fornecer explicação lógica ao conjunto de fatos que compõem a contemporaneidade capixaba (AEQUUS CONSULTORIA, 2010; GOMES, 1998; RAINHA, 2012; MIELKI, 2010). Em suma, essas ações subsidiam a *visão de futuro* almejada no PDES 2025: o *desenvolvimento sustentado*.

---

<sup>12</sup> Ao todo, apenas, 16 pessoas expressaram opiniões *on-line*, via *site* [www.espiritosanto2025.com.br](http://www.espiritosanto2025.com.br), em resposta às perguntas: i) como você gostaria de ver o Espírito Santo em 2025? e ii) o que precisa ser feito para chegar lá? Além disso, foram entrevistados 105 indivíduos, dos quais apenas 7,61% (08 indivíduos) não ocupavam cargos públicas e/ou privadas e/ou não eram empresários. Esses oito indivíduos entrevistados foram: César Musso, representante do Fórum das ONGs ambientalistas; Dom Luis Mancilha Vilela, arcebispo de Vitória; Dom Silvestre Scandian, arcebispo emérito da Arquidiocese de Vitória; Eliomar Mazzoco, representante do Movimento do Folclore; Joaquim Beato, representante do Movimento Negro da UFES; José Carlos Pigatti, presidente da Central Única dos Trabalhadores; Monge Daiju Bitti, do Mosteiro Zen Budista de Ibirajú (ES); Reinaldo Caliman, líder comunitário em Nova Venécia (MACROPLAN, 2008, v. 2).

## Desenvolvimento sustentado e realidade social

O PDES 2025 é um planejamento de médio prazo, que analisa a conjuntura mundial, nacional e estadual, e estima um futuro ideal para o estado em que “Em 2025, o Espírito Santo adquiriria um nível de desenvolvimento semelhante ao de países mais avançados, e os capixabas conquistariam padrão de vida equivalente ao que hoje desfrutam as sociedades do chamado Primeiro Mundo” (MACROPLAN, 2008, v. 1, p. 27). Portanto,

A Visão de Futuro para o Espírito Santo no Horizonte 2006-2025 tem o propósito de servir de marco referencial para a construção de uma agenda de iniciativas estratégicas que contribua para o aumento da competitividade e para o desenvolvimento sustentável do estado. Ela está configurada sob a forma de um cenário desejado e, como tal, traz em seu núcleo características de uma conquista estratégica desafiadora e difícil, porém alcançável no futuro. Para permitir maior foco e reduzir imprecisões, a Visão de Futuro contém, ainda, um plano de metas para o horizonte 2025 (MACROPLAN, 2008, v. 1, p. 28-29).

A *visão de futuro*, em suma, significa alcançar um dos cenários<sup>13</sup> possíveis para o Espírito Santo: o *desenvolvimento sustentado*. Esse busca associar o aumento do desenvolvimento econômico com a redução da desigualdade social, no marco do modo de produção capitalista, como podemos observar:

**Desenvolvimento Sustentado:** Aproveitando o contexto externo favorável e imbuídos de uma visão de futuro compartilhada, os principais atores políticos, econômicos e sociais capixabas investem fortemente na melhoria da qualidade de suas instituições e do capital humano, viabilizando o salto para um novo modelo de desenvolvimento sintonizado com a chamada sociedade do conhecimento e da informação que se desenha em escala mundial. Assim, o Espírito Santo inaugura seu 3º ciclo de desenvolvimento, congregando o capital humano, a inovação empresarial e um setor público eficiente como componentes centrais do processo. Como consequência, a pobreza é erradicada e as desigualdades sociais se reduzem sensivelmente (MACROPLAN, 2008, v. 7, p. 18).

Entendemos que essa *visão de futuro* expressa, claramente, um projeto societário coaduno aos interesses da burguesia capixaba, pois não visa a ruptura, e, sim, a manutenção de relações sociais capitalistas, portanto, hierárquicas e desiguais. Isso, pois, ratifica que sua construção dependerá apenas do “[...] trabalho e da confiança dos próprios atores sociais na construção deste sonho realizável” (MACROPLAN, 2008, v. 7, p. 10). Tal cenário almejado, e visto como possível de ser concretizado, é exemplificado em um conjunto de índices requeridos, como pode ser observado no Quadro 2.

---

<sup>13</sup> Além do *desenvolvimento sustentado*, os outros dois cenários apontados como possíveis são: 1) Crescimento Excludente e 2) Estagnação e Retrocesso (MACROPLAN, 2008, v. 7).

Quadro 2 - A visão de futuro em números

	Situação Atual	Visão de Futuro ES 2025
<b>Demografia</b>		
População (em milhões de habitantes)	3,4	4,3
<b>Economia</b>		
PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	27,6	88,6
Taxa Média de Crescimento do PIB (em %a.a.)	3,5%	6,0%
PIB per capita (em US\$ de 2004)	8.113	20.446
<b>Social</b>		
Coefficiente de Gini	0,550	0,412
Taxa de Pobreza (em % da pop. total)	21,3%	0,0%
Taxa de Indigência (em % da pop. total)	5,4%	0,0%
Escolaridade média (anos de estudo da pop. com idade de 25 a 34 anos)	8,2	12
Taxa de Homicídios (em mortes por 100 mil hab.)	50,6	Inferior a 10
Mortalidade infantil (óbitos de crianças menores de 1 ano por 1 mil nascidos vivos)	20,17	Inferior a 5
IDH	0,765	0,917
IDH-Educação	0,855	0,971
IDH-Renda	0,719	0,888
IDH-Longevidade	0,721	0,893
<b>Meio Ambiente</b>		
Cobertura Vegetal (em % do território)	8%	16%
Saneamento básico	56%	Universalizado

Fonte: (MACROPLAN, 2008, v. 1, p. 79).

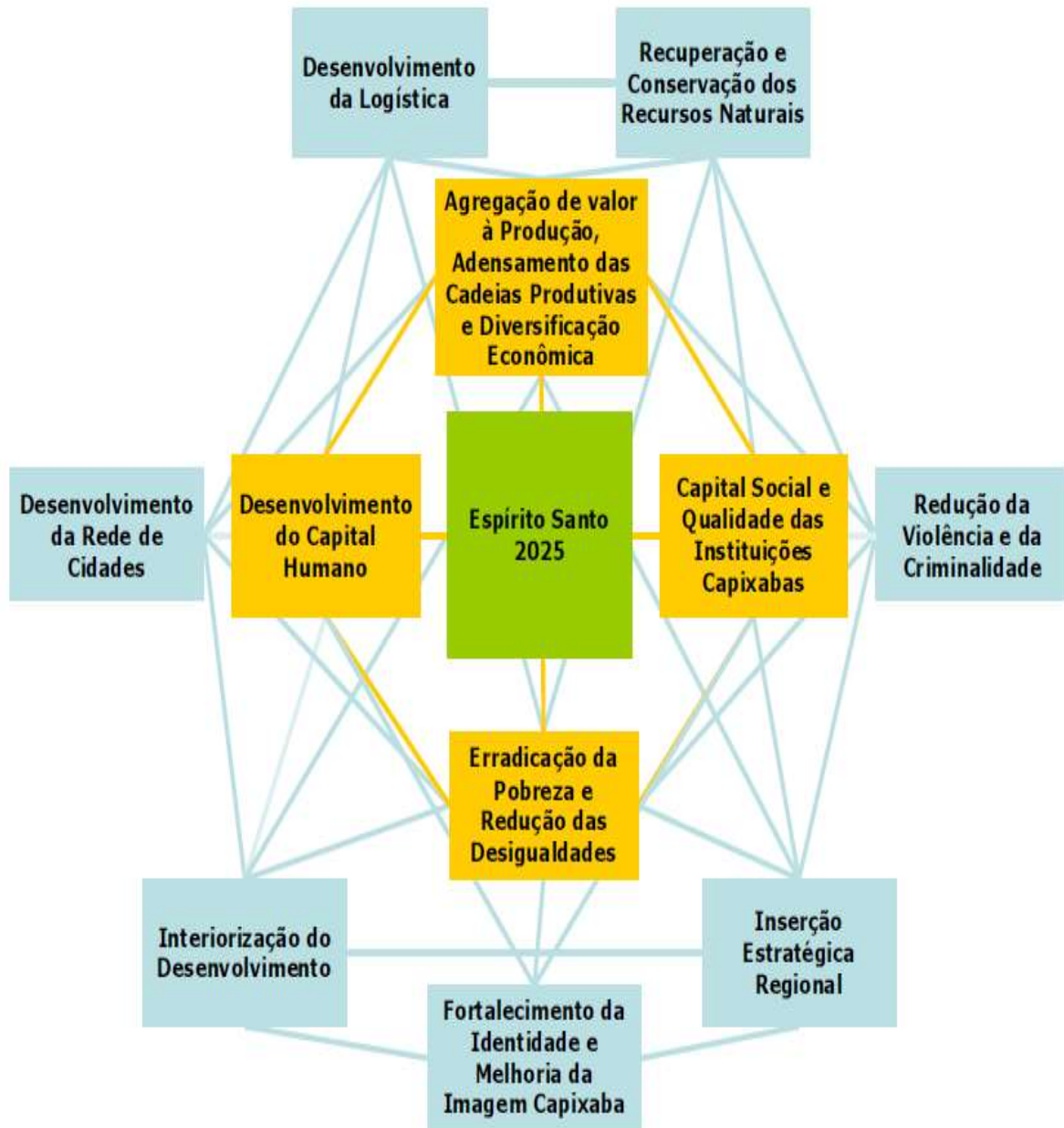
Diante dessa construção da *visão de futuro*, destacamos a ausência de referências a disputas por diferentes projetos de sociedade, o que Harvey (2005) intitula como *empreendedorismo urbano*. Ou seja, a influência do pensamento empresarial no planejamento do Estado, como instrumento competitivo entre os territórios locais pelo crescimento econômico, estabelecendo padrões locais de investimentos a fim de dinamizar a urbanização e garantir rendas monopolistas para os setores privado e estatal. Entretanto, adverte o autor, essas vantagens tendem a ser eliminadas, pois os interesses do capital internacional são, quase sempre, priorizados em detrimento das demandas locais.

Entende-se o PDES 2025, assim, enquanto iniciativa local articulada a reprodução do capital monopolista, cujo meio para concretizar a *visão de futuro* é a *Estratégia de Desenvolvimento*, que “[...] delineia a trajetória escolhida pela sociedade capixaba para que o novo ciclo de desenvolvimento almejado se torne realidade para as gerações futuras e busca viabilizar o alcance da situação ideal projetada para o futuro do estado, sendo assim o seu grande fio condutor” (MACROPLAN, 2008, v. 1, p. 29). Assim, “[...] o chamado ‘diamante’ da Estratégia de Desenvolvimento do Espírito Santo no horizonte 2006-2025 [...]” (MACROPLAN, 2008, v. 1, p. 80), é composto por *onze estratégias*:



Figura 1 - Diamante da Estratégia de Desenvolvimento do Espírito Santo

## *Estratégia de Desenvolvimento do Espírito Santo no Horizonte 2006-2025*



Fonte: Macroplan (2008, v. 1, p. 80).

Cada uma das *onze estratégias* que compõe o *diamante*, conforme exposto na figura 1, almeja consolidar um conjunto de metas, como descrito abaixo, no quadro 3.



QUADRO 3 - Estratégias e metas do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025

<p><b>I - DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO</b></p> <p>1. Elevar a escolaridade média da população de 25 a 34 anos de idade para 12 anos de estudo até 2025, com indicadores de qualidade no ensino médio acima de 350 (Português) – 400 (Matemática) pontos nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)</p>
<p><b>II - ERRADICAÇÃO DA POBREZA E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</b></p> <p>2. Erradicar a pobreza até 2025.</p> <p>3. Reduzir a desigualdade, medida pelo índice de GINI, em 26%, para 0,412 até 2025.</p> <p>4. Reduzir a mortalidade infantil para menos de 5 óbitos por mil nascidos vivos até 2025.</p>
<p><b>III - REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE</b></p> <p>5. Reduzir a taxa de homicídios para valores inferiores a 10 por 100 mil habitantes até 2025.</p>
<p><b>IV - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO</b></p> <p>6. Aumentar a participação da massa de renda familiar do interior no total do estado para 35% em 2025.</p>
<p><b>V - DESENVOLVIMENTO DA REDE DE CIDADES</b></p> <p>7. Alcançar uma rede de cidades mais equilibrada, correspondente ao Índice de Primazia de Cidades de 0,6 até 2025.</p> <p>8. Aumentar a qualidade de vida no ambiente urbano, correspondente ao Índice de Desenvolvimento Urbano de 0,83 até 2025.</p>
<p><b>VI - RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS</b></p> <p>9. Universalizar os serviços de saneamento até 2025 (água, esgoto e lixo adequadamente disposto).</p> <p>10. Aumentar o percentual de cobertura vegetal nativa do estado para 16% até 2025.</p>
<p><b>VII - AGREGAÇÃO DE VALOR À PRODUÇÃO, ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA</b></p> <p>11. Conquistar a quinta posição no Ranking de Competitividade Estadual até 2025.</p> <p>12. Conquistar a quinta posição no Ranking Estadual de Intensidade de Valor das Exportações (US\$ FOB) até 2025.</p> <p>13. Elevar para 35 o número de setores responsáveis por 90% do PIB capixaba.</p>
<p><b>VIII - DESENVOLVIMENTO DA LOGÍSTICA</b></p> <p>14. Ampliar a capacidade do sistema logístico capixaba.</p>
<p><b>IX CAPITAL SOCIAL E QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES CAPIXABAS</b></p> <p>15. Aumentar o grau de confiança da sociedade nas instituições públicas capixabas para 70% em 2015.</p>
<p><b>X - FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE CAPIXABA E IMAGEM DO ESTADO</b></p> <p>16. Aumentar o grau de compatibilidade entre a imagem desejada e a imagem percebida do Espírito Santo por pessoas de outros estados.</p>
<p><b>XI - INSERÇÃO ESTRATÉGICA REGIONAL</b></p> <p>17. Estabelecer alianças estratégicas para aumentar o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das regiões vizinhas deprimidas, cujos territórios se estendem para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, até 2025.</p> <p>18. Estabelecer alianças estratégicas para a concretização de investimentos em logística situados fora do território capixaba.</p>

Fonte: Elaboração nossa, a partir de dados apresentados em MACROPLAN (2008, v. 1).

Portanto, a *Estratégia de Desenvolvimento* apresenta *dezoito metas*, alocadas em *onze estratégias*, que culminará num *grupo de projetos*, mediante *projetos estruturantes* (MACROPLAN, 2008, v. 1). Esse modelo de gerenciamento pode ser expresso:



Fonte: Elaboração nossa.

Ou seja, cada uma das *onze estratégias* culmina em um *grupo de projetos*, que consiste em

[...] um conjunto de projetos estruturantes e associados de efeito sinérgico que (i) geram resultados finalísticos capazes de transformar a realidade em consonância com a visão de futuro, mediante um esforço de gerenciamento intensivo; (ii) ajustam-se ao ambiente de implementação caracterizado por múltiplos agentes, sob condições de governança democrática; (iii) ampliam a financiabilidade pública ou privada das ações que os integram; e (iv) orientam a avaliação de impacto do conjunto de projetos, para monitoramento do processo de construção da visão de futuro (MACROPLAN, 2008, v. 7, p.12-13).

No que tange ao investimento previsto para a execução dos *projetos estruturantes*, observa-se que a maior concentração de recursos se dá direto na cadeia produtiva, por via de duas estratégias, a sétima e a oitava, que, juntas, detêm 60,4% do montante total previsto. Isto é, a maioria dos investimentos visa agregar valor à produção e desenvolver a logística, ou melhor, subsidiar a competitividade do empresariado capixaba no mercado.

**Gráfico 1 - Recursos alocados para o PDES 2025 entre as estratégias estabelecidas**



Fonte: Elaboração nossa, a partir de dados apresentado em Macroplan (2008, v. 1).

O modelo de desenvolvimento visado no PDES 2025, destarte, está centrado na promoção dos novos arranjos produtivos locais (APL's) – dentre eles mármore e granito, confecção e vestuário, florestal-moveleiro, fruticultura, café, alimentos e turismo, bebidas, pecuária leiteira, metal-mecânico (MACROPLAN, 2008, v. 8). Fecha-se, pois, o ciclo do planejamento estratégico, em que o MEESA, representante do empresariado capixaba, tornou seus interesses imperativos ao conjunto da sociedade, escamoteando as divergências quanto a construção de uma sociedade melhor e mais justa.

## Materialização estadual do discurso hegemônico global

No PDES 2025, a segunda meta, de *erradicar a pobreza até 2025*, integra a *estratégia de erradicação da pobreza e redução das desigualdades*, que prevê seu desenvolvimento via um grupo de *projetos estruturantes*, que consistem em

[...] uma **iniciativa específica com prazo finito e bem definido**, possuindo as seguintes características: transforma a visão de futuro em resultados concretos que **signalizam a mudança desejada**; tem **efeito multiplicador**: capacidade de gerar outras iniciativas privadas ou públicas; mobiliza e articula **recursos** públicos, privados ou em parceria; produz a **percepção da sociedade** acerca da construção da visão de futuro por meio de ações concretas; e permite um **gerenciamento intensivo** (MACROPLAN, 2008, v. 7, p. 14-15, grifo nosso).

Assim, são sete<sup>14</sup> os *projetos estruturantes* antevistos à *estratégia de erradicação da pobreza e redução das desigualdades*. Esses são caracterizados a partir de três *elementos constitutivos* – alcance estratégico, governança e sustentabilidade, resultado finalístico e atributos – e sete *atributos* – objetivo, escopo, resultados, valor total estimado, entidade responsável, situação atual, prazo.

Em relação aos três elementos que constituem esse grupo de projetos, tem-se que o *alcance estratégico*<sup>15</sup> desse é “[...] antecipar a erradicação da pobreza e da indigência e [...] buscar uma diminuição expressiva da desigualdade de renda [...]” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 73), sendo que

As linhas de ação concentram seu foco na educação, objeto dos projetos de desenvolvimento do capital humano, na universalização do acesso a serviços sociais, na transferência de renda condicionada e na criação de oportunidades de geração de renda e desenvolvimento de micro e pequenos negócios em âmbito local (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 73).

Observamos que o índice de pobreza considerado pelo plano é aquele utilizado pela PNAD/IBGE (MACROPLAN, 2008, v. 8), em que “[...] são definidos como pobres os indivíduos cuja renda familiar *per capita* é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc.) [...]” (ROCHA, 2006, p. 12). Além disso, o Plano define explicitamente que considera como pobre quem auferir mensalmente renda domiciliar *per capita* inferior à R\$121,50<sup>16</sup> (MACROPLAN, 2008, v. 8).

---

<sup>14</sup> Dentre os 93 projetos estruturantes que compõem o PDES 2025, são esses que constituem a estratégia de erradicação da pobreza e redução das desigualdades: 9. Promoção do Desenvolvimento Local (âncora); 10. Consolidação e Ampliação das Transferências de Renda Condicionadas; 11. Universalização do Acesso à Tecnologia da Informação; 12. Educação de Adultos; 13. Universalização dos Serviços de Saúde da Família; 14. Prevenção à Gravidez Precoce e Planejamento Familiar; e 15. Ampliação do Acesso à Habitação de Baixa Renda (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 20).

<sup>15</sup> O alcance estratégico consiste na “[...] contextualização e justificativa do grupo de projetos, bem como sua vinculação com a Estratégia de Desenvolvimento. Mapeia os antecedentes, situação atual e tendências da temática abordada pelo grupo, bem como os grandes problemas, desafios, gargalos e oportunidades com os quais ele se defronta” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 14).

<sup>16</sup> A renda *per capita* estabelecida, de R\$121,50, equivale a R\$4,05 reais por dia em 2008. À época o salário mínimo nominal era de R\$415,00 (R\$13,08 ao dia) e o salário mínimo necessário de R\$ 1.881,32 (R\$62,71 ao dia) (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS

A desigualdade de renda, por sua vez, é definida a partir do Índice de Gini (MACROPLAN, 2008, v. 8) e, acerca da linha de indigência, não há uma definição clara – observando a referência a dados sobre indigência em estudos da CEPAL e da PNUD (MACROPLAN, 2008, v. 3). Por fim, afirma-se: “O percentual de indigentes no Espírito Santo, neste mesmo período, diminuiu 63%, passando de 14,1% para 5,3%” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 73). Entretanto, não é apresentado a fonte dos dados, impossibilitando a identificação dos critérios adotados para delimitar a indigência.

Acerca dos *resultados finalísticos dos projetos*<sup>17</sup> contidos na estratégia *erradicação da pobreza e redução das desigualdades*, destacamos que é esperada uma redução da porcentagem da população capixaba considerada pobre: de 21%, em 2004, para 10,6%, em 2015, almejando-se, ainda, sua completa erradicação em 2025, como expõe o quadro abaixo.

**Quadro 4 - Resultados finalísticos do grupo de projetos estratégicos que compõe a estratégia erradicação da pobreza e redução das desigualdades**

Resultados	Situação atual	2015	2025
Erradicar a pobreza no Espírito Santo até 2025	21% (2004)	10,6%	0
Reduzir em 26% a desigualdade no Espírito Santo até 2025 (medida pelo índice Gini)	0,55 (2004)	0,44	0,4
Reduzir a mortalidade infantil (óbitos de crianças menores de 1 ano por 1 mil nascidos vivos)	29,17 (2000)	16	Inferior a 5

Fonte: MACROPLAN (2008, v. 8, p. 74).

Em relação à *governança e sustentabilidade*<sup>18</sup> do grupo de projetos são almejados a promoção de sete itens, como pode-se observar:

SOCIOECONÔMICOS, [2013]). Ou seja, a linha da pobreza estabelecida pelo PDESS 2025 é cerca de três vezes inferior ao salário mínimo nominal e quinze vezes menos do que o salário mínimo nominal.

<sup>17</sup> Resultados finalísticos são “[...] transformações que devem ser produzidas com a execução do grupo de projetos, tendo como referência seu público-alvo, compreendendo a situação almejada, seu indicador, meta e prazo de consecução, método de avaliação e respectivos prazos de medição” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 14).

<sup>18</sup> A governança e sustentabilidade são os “[...] fatores político-institucionais que criam as condições propícias ao sucesso do grupo de projetos e a sustentação de seus resultados. Consiste no mapeamento de ações que têm a capacidade de potencializar os resultados almejados pelo grupo de projetos” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 14).

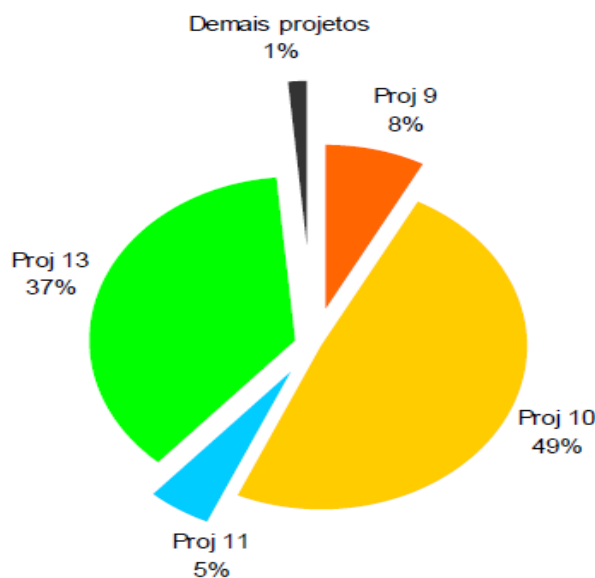
**Quadro 5 – Agenda de governança e sustentabilidade**

1. Fortalecer as parcerias para delegar a gestão dos processos às organizações comunitárias e entidades não governamentais
2. Ampliar a governança local dos projetos e a transparência dos resultados almejados e efetivamente alcançados
3. Dar mais autoridade às mulheres (mães) quanto à concessão de renda e ao cumprimento das condicionalidades
4. Integrar programas e recursos federais, estadual e municipais
5. Estabelecer parcerias com o setor empresarial para mobilizar recursos de responsabilidade social territorialmente referenciados e para contar com a capacidade gerencial das empresas
6. Promover o uso intensivo da tecnologia de informação para controle e gerenciamento dos projetos
7. Compatibilizar as ações de erradicação da pobreza com o manejo sustentável de recursos naturais

Fonte: MACROPLAN (2008, v. 8, p. 82).

No que tange aos sete *atributos* que compõem o grupo de *projetos estruturantes* responsáveis pela meta de erradicação da pobreza em território espírito-santense, tem-se o *valor total estimado* correspondente a apenas 6,30% do montante total de recursos do PDES 2025, que é distribuído da seguinte forma:

**Gráfico 2 - Recursos financeiros previstos por projeto estruturante relativo à estratégia erradicação da pobreza e redução das desigualdades**



Fonte: MACROPLAN (2008, v. 8, p. 84).

Dentre os *projetos estruturantes*, aquele que detém mais recursos é *Consolidação e Ampliação das Transferências de Renda Condicionadas*, com 49%, seguido de *Universalização dos Serviços de Saúde da Família*, com 37%. O projeto *Promoção do Desenvolvimento Local (âncora)* tem previstos 8%, *Universalização do Acesso à Tecnologia da Informação*, 5%, e os demais projetos, em conjunto, apenas 1% (MACROPLAN, 2008, v. 8). Há, portanto, centralização de recursos para transferência de renda, promoção do acesso à saúde e, embora um pouco menos, desenvolvimento local e acesso à tecnologia.

Especificamente, dentre os 93 projetos estruturantes que integram o PDES 2025, são aqueles do número 9 ao 15, que compõem a *estratégia de erradicação da pobreza e redução das desigualdades*, os responsáveis por promover a *meta de erradicar a pobreza até 2025*. Sendo assim, em relação aos seus demais seis *atributos*<sup>19</sup>, no que tange o projeto 9 – promoção do desenvolvimento local – é considerado o mais importante, a *âncora*, central para a materialização das metas, assegurando sinergia (integração) entre os demais projetos. A *entidade responsável*<sup>20</sup> por seu planejamento e execução é o SEBRAE/ES. Seu *objetivo*<sup>21</sup> é “[...] combater estruturalmente a desigualdade e a pobreza ampliando o acesso dos micro e pequenos negócios aos serviços produtivos (educação profissional, assistência técnica, crédito, acesso a mercados e infra-estrutura), de modo a gerar oportunidades de trabalho em territórios onde se concentra a pobreza” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 75). Sendo estimado o *resultado*<sup>22</sup> de “[...] aumentar em 50% o número de pessoas ocupadas em micro e pequenas empresas até 2015” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 75). Para tanto, seu *escopo*<sup>23</sup> é voltado para o impulsionamento de micro e pequenos negócios através de regularização, capacitação e assistência, criação de fundo concursável via recursos público e de agências de fomento. A *situação atual*<sup>24</sup> em andamento, tem *prazo*<sup>25</sup> de início em 2007 e término previsto em 2025.

O projeto 10 – consolidação e ampliação das transferências de renda condicionadas – é responsabilidade da Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. Seu *objetivo* é “[...] acelerar o processo de redução da pobreza e da desigualdade e criar condições para a auto-sustentabilidade dos resultados no longo prazo” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 76). E visa que, em 2009, 221 mil famílias viessem a ser beneficiadas com transferências de renda condicionadas. Como *escopo* tem-se a promoção das transferências de renda, organizadas a partir da criação de um fundo, elaboração de um cadastro de beneficiários, complementação do Bolsa Família, acesso à saúde pré-natal e neonatal, à educação infantil, ao ensino médio e à qualificação profissional de desempregados. A *situação atual* em andamento, tem *prazo* previsto de término em 2019.

O projeto 11 – universalização do acesso à tecnologia da informação – é responsabilidade da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (MACROPLAN, 2008, v. 8). Seu *objetivo* é “[...] ampliar e democratizar o acesso a serviços sociais e produtivos e ao conhecimento [...]” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 77), e visa “[...] 300 telecentros implantados até 2013 e mantidos até 2025” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 77). Seu *escopo*

---

<sup>19</sup> Em relação aos demais *atributos* que compõem cada *projeto* – entidade responsável, objetivo, resultado, escopo, situação atual, prazo – serão abordados na descrição de cada projeto, a seguir.

<sup>20</sup> “Entidade ou órgão que será responsável pelo gerenciamento do projeto” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 16).

<sup>21</sup> “Define a transformação a ser provocada pelo projeto no segmento da realidade que constitui o seu alvo” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 15).

<sup>22</sup> “Síntese dos efeitos que se deseja obter com a execução do projeto, através do alcance de metas e prazos previamente estabelecidos” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 15).

<sup>23</sup> “Síntese das linhas de ação por meio das quais o projeto será executado para alcançar os objetivos almejados” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 15).

<sup>24</sup> “Descrição sumária do estado atual do projeto, podendo assumir duas formas: em estudo ou em andamento” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 16).

<sup>25</sup> “Horizonte para a conclusão do projeto. Representa o período em que a execução do mesmo é considerada estruturante para o desenvolvimento do Estado” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 16).



está centrado na alfabetização digital e universalização do acesso à internet, buscando produzir conteúdo em parcerias com empresas privadas, universidades e entidades da sociedade civil. A *situação atual* em estudo, tem *prazo* de início em 2007 e término previsto em 2025.

O projeto 12 – educação de jovens e adultos – é responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação. O *objetivo* é “[...] ampliar a oferta de educação de adultos, voltada para pessoas com mais de 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, que desejem concluir o ensino fundamental ou médio [...]” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 78), e visa “[...] erradicar o analfabetismo da população com mais de 18 anos até 2015” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 78). Para isso, seu *escopo* visa conceder bolsas de estudos no sistema privado e no terceiro setor para pessoas com mais de 18 anos. A *situação atual* em andamento, tem *prazo* de término previsto em 2015.

O projeto 13 – universalização dos serviços de saúde da família – é responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde (MACROPLAN, 2008, v. 8). O *objetivo* é “[...] melhorar a qualidade de vida da população de maior vulnerabilidade social por meio do atendimento dos serviços primários de saúde à família e da mulher [...]” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 79), e visa “[...] atingir 700 mil famílias atendidas por ano até 2015” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 79). Portanto, o *escopo* está centrado na prestação de serviços de saúde primários à famílias e mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio da articulação entre municípios e estado. A *situação atual* em andamento, tem *prazo* término previsto em 2025.

O projeto 14 – prevenção à gravidez precoce e planejamento familiar – é responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde. Seu *objetivo* é “[...] assegurar a maternidade responsável [...]” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 80) e visa a “redução em 90% da gravidez precoce e em 90% da gravidez não desejada por parte de mulheres” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 80). O *escopo* consiste em promover ações educativas, assistência médica e orientação social à jovens e suas famílias. A *situação atual* em andamento, tem *prazo* de término previsto em 2016.

Por fim, o projeto 15 – ampliação do acesso à habitação para baixa renda – é responsabilidade das Prefeituras Municipais. O *objetivo* é “[...] ampliar o acesso da população de baixa renda à habitação regular” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 81), visando ter “[...] nove comunidades de baixa renda da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) beneficiadas por projetos de habitação associados a intervenções na infraestrutura urbana e meio-ambiente e à regularização da propriedade” (MACROPLAN, 2008, v. 8, p. 81). Desse modo, seu *escopo* visa ações para população de baixa renda que vise regularizar seus imóveis urbanos, promover o financiamento de compra de imóveis e de material de construção para proprietários, além de prevê a remoção de imóveis em área de risco e de ocupação irregular. A *situação atual* em andamento, tem *prazo* de término previsto em 2015.

Diante do exposto, percebemos que o planejamento das políticas sociais, no Espírito Santo, em seu período mais recente, assemelha-se à *americanização das políticas sociais*. Isso porque os *projetos estruturantes* analisados demarcam as ações do Estado no escopo do combate à pobreza – expressando a restrição da “questão social” à pobreza, como



discutido por Ugá (2008) – tendo, por um lado, transferência de renda àqueles que vivem na pobreza extrema e, por outro lado, criação de condições para que os pobres possam obter bem estar via mercado. A *meta de erradicar a pobreza até 2025*, portanto, transpõe para o PDES 2025 um aparato teórico-metodológico próprio da *internacionalização do combate à pobreza*, como enunciado por Mauriel (2008).

### **Pobre e Pobreza no PDES 2025**

As concepções de pobreza e de pobre, subjacentes ao PDES 2025, contribuem para ratificar o *Desenvolvimento Sustentado* como projeto hegemônico. Dessa forma, a *meta de erradicar a pobreza até 2025*, promove os *projetos estruturantes* enquanto estratégia de combate aos motivos, identificados no PDES 2025, que levam o indivíduo à situação de pobreza. Como pode-se observar:

O forte crescimento econômico [...] combinado ao continuado crescimento da renda domiciliar per capita, será um dos grandes motores da redução da pobreza. Inicialmente amparado por uma rede de transferência de renda condicionada, o desenvolvimento social no Espírito Santo será acelerado pela ampliação do acesso dos mais pobres a serviços sociais e produtivos e às oportunidades de mercado. Isto por intermédio de um forte estímulo ao empreendedorismo local, disseminação de microcrédito e assistência técnica para a formação e desenvolvimento de micro e pequenos negócios [...] Paralelamente, a universalização do acesso à tecnologia da informação e a ampliação da oferta educacional para jovens e adultos em condições de alta vulnerabilidade reforçarão **o combate às causas da pobreza** (MACROPLAN, 2008, v. 7, p. 56-57, grifo nosso).

Aqui, tem-se a prerrogativa de transformar, no plano do pensamento, as consequências da pobreza em causas desta (UGÁ, 2008), isto é, a forma capitalista de produzir e acessar a riqueza não subsidiam a explicação da gênese da pobreza, que deixa de ser entendida como uma das expressões da “questão social”. Assim, as consequências da situação de pobreza – baixos rendimentos, escolaridade e qualificação profissional, alta taxa de fecundidade, não acesso à habitação, à saúde e à tecnologia, etc. – são elencados enquanto causas do empobrecimento.

O enfrentamento da pobreza, conseqüentemente, corresponderá a criação de *ativos* individuais, para aquisição de *capital humano* (SHULTZ, 1973), através da elevação do nível de educação dos pobres, via oferta de educação infantil e ensino médio; qualificação profissional de trabalhadores desempregados; alfabetização digital; educação para adultos; oportunidade de educação superior mediante concessão de bolsas no sistema privado e do terceiro setor (MACROPLAN, 2008, v. 8).

Em relação à renda, na construção da *meta*, observa-se o uso de uma linha de pobreza em que “[...] a população pobre, com renda domiciliar mensal inferior a R\$ 121,50, representa 21% dos habitantes do estado em 2004” (MACROPLAN, 2008, v. 1, p. 75). Isso está consonante com o Banco Mundial, no *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990*, que define a pobreza como incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo - suprimento nutricional e necessidades básicas para participação na vida social – através de uma renda estabelecida (UGÁ, 2008).

Acerca disso, destacamos que, em 2004, o *salário mínimo nominal vigente* no Brasil era de R\$ 260,00, ao tempo que, o DIEESE (2013) estabelecia, para o mesmo ano, como *salário mínimo nominal necessário* a importância de R\$ 1.522,01. Considerando este último, em uma família de quatro membros, têm-se a renda familiar *per capita* no valor de R\$380,50. Isto é, em 2004, o mínimo necessário à sobrevivência digna de uma pessoa correspondia a cerca de três vezes mais do que a linha de pobreza estabelecida na *meta*. Além disso, se considerada essa *per capita*, constatar-se-ia um maior quantitativo de pobres no estado. O que significa o uso de um critério muito restrito (além de exclusivamente monetário) na delimitação da população pobre no Espírito Santo.

Percebe-se na *meta*, também, a influência do pensamento de Sen (2000), pois a condição de pobreza é vista como consequência da ausência de *capacidades*, ocasionada pelo não acesso às condições necessárias ao *desenvolvimento* de sua *liberdade*. Como observado:

O capixaba deseja que o Espírito Santo conheça a erradicação da pobreza em seu 3º ciclo de desenvolvimento. [...] Os principais atores do estado destacam a educação, a universalização do acesso a serviços sociais básicos, a transferência de renda condicionada e a criação de oportunidades de geração de renda e desenvolvimento de micro e pequenos negócios em âmbito local como os principais vetores deste processo (MACROPLAN, v. 7, p. 32-33).

Todas as influências aferidas na *meta* apontam para uma forte individualização da pobreza, ou seja, é definida como consequência das características e comportamentos dos próprios pobres. Assim, a pobreza é dissociada da estrutura da própria sociedade capitalista que gera pobreza na mesma proporção de riqueza.

Consequente a esse modo de conceber o indivíduo pobre, têm-se uma dualidade no planejamento das ações (transferência de renda e empreendedorismo) propostas para o alcance da *meta*, como observa-se:

A geração de emprego crescerá por todo estado, devido à promoção do desenvolvimento local (com a capacitação em gestão empresarial e assistência técnica para micro e pequenos empresários e criação de um fundo concursável para seus projetos de fortalecimento) e à intensificação e consolidação do programa de transferência de renda condicionada (MACROPLAN, 2008, v. 7, p. 80).

Por um lado, é considerado o papel de *agente* do indivíduo, responsável por seu próprio bem-estar, como expõe Sen (2000). A esse é direcionada a oferta de microcrédito, capacitação em gestão empresarial e assistência técnica, para que se torne *empreendedor*. Assim, combater a pobreza é capacitar os pobres para inseri-los no mercado e, num sentido mais amplo, na sociedade capitalista. Por outro lado, o pobre é visto pelo *pressuposto da falta* (SARTI, 2005), como inerte a realidade, logo, reduzidos ao papel passivo de público-alvo das políticas sociais (LEITE, 2008), em especial a transferência de renda condicionada. Portanto, vistos como não sujeitos, esses não são partícipes da construção do PDES2025, apenas intento de sua intervenção.

Apesar da *dualidade* que acabamos de apontar, constata-se algo em comum nas ações do PDES 2025 para erradicar a pobreza e, portanto, na própria concepção de pobreza ali

presente. Elas sugerem a necessidade de mudanças nos indivíduos e nas famílias pobres, pois, os problemas desses têm a ver com o fato de serem pobres, são característicos dos que vivem na pobreza. Portanto, não são apresentados *fatores externos* aos próprios pobres que explicassem aquele modo de ser, não há quaisquer propostas que remeta aos *determinantes estruturais da pobreza na sociedade capitalista*, que tangem à distribuição desigual tanto dos meios para produzir quanto para usufruir da riqueza.

### Algumas considerações

Diante desse conjunto de influências, constatamos que, na meta de erradicar a pobreza até 2025, constituinte do PDES 2025, predomina as orientações teórico-metodológicas do combate internacional à pobreza, gestadas na década de 1980. Isto é,

[...] num contexto de precarização generalizada, aumento da pobreza e acirramento das desigualdades em vários planos, o combate à pobreza surge como estratégia, [...] Trata-se de solução rápida, barata e eficiente que ajuda os que não possuem capacidade de se autocuidar, regulando o comportamento econômico, político e civil daqueles com capacidade de gerar alguma renda e sobreviver, formando-se, assim, uma camuflagem ideológica de manutenção do padrão internacional assimétrico de desenvolvimento econômico em andamento (MAURIEL, 2008, p. 198).

Assim, apesar de não ter sido formulada pelos pobres, é desejado que a *meta* (e, conseqüentemente, o PDES 2025 em seu conjunto), seja um horizonte para eles. Isso porque o pobre e a pobreza são vistos como um potencial entrave ao desenvolvimento. Mas não apenas, pois, esse também é visto como potencial de revolta, capaz de ameaçar a paz social. Como descrito:

Para que a pobreza seja erradicada e as desigualdades se reduzam de maneira consistente e definitiva, é fundamental que sejam criadas as condições locais para geração de renda e emprego. [...] Contudo, **a geração de resultados imediatos é essencial para a construção de uma ambiência de paz social. Nesse sentido, mostra-se imperativo [sic] a adoção de algumas ações de natureza emergencial, em especial aquelas vinculadas às transferências de renda condicionadas.** (MACROPLAN, 2008, v. 7, p. 43-44, grifo nosso).

Percebemos, destarte, que a *meta* analisada, também, norteia-se pela visão do pobre como ameaça à sociedade, logo, sendo necessária a execução de ações emergenciais – como a transferência de renda – em prol de gerenciar a reprodução das relações sociais capitalistas. Portanto, a *meta* figura como estratégia de *naturalização e gestão da barbárie* particularizada em território capixaba pela *desordem instalada*, pois compõe o projeto hegemônico de *desenvolvimento sustentado*, expresso no PDES 2025.

O projeto em curso, dessa forma, é que o/a trabalhador/a pobre possa enxergar-se como que diante de um espelho, enquanto participe e responsável pelo alcance da *visão de futuro*, conforme impõe a classe burguesa. Entretanto, além de não gozar da riqueza produzida no ápice do terceiro ciclo econômico, esse estrato da classe trabalhadora, a população capixaba em situação de pobreza, vivencia um fosso entre as ideias que lhe são incutidas e o seu cotidiano de precárias condições de vida e alarmante extermínio.

## Referências

AEQUUS CONSULTORIA. **Finanças do estado do Espírito Santo: do Plano Real à crise de 2009**. Vitória, 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Salário mínimo nominal e necessário**. São Paulo, [2013]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2004>. Acesso em: 21 out. 2013.

GOMES, Helder. **Potenciais e limites às políticas regionais de desenvolvimento no estado do Espírito Santo**. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia)-Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória, 2010.

LEITE, Izildo. Novos olhares, novos lugares: por uma política social de combate à pobreza condizente com a construção da cidadania. **Convergência**, Ciudad del México, n. 47, p. 73-100, maio/ago. 2008.

MACROPLAN. **Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025**. Volume 1 a 10. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/11376>. Acessado em: 22 jan. 2008.

MARX, Karl. **Os manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, vol. II. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MASCARENHAS, Raquel. Enfrentamento da pobreza e gestão da barbárie na contemporaneidade. *In*: CRESS/MG. **80 anos do Serviço Social: tendências e desafios**. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2016.

MASCARENHAS, Raquel. **Crítica à concepção hegemônica de “erradicação da pobreza”**: um estudo sobre a estratégia de naturalização e gestão da barbárie no Espírito Santo. 2014. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

MAURIEL, Ana Paula. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MENEGAT, Marildo. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. **Épos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan. /jun, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIELKI, Ana Cláudia. **O papel da mídia capixaba na construção do imaginário social do progresso no Espírito Santo (2003-2006)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Institucional**. Disponível em: <http://es-acao.org.br/conheca/>. Acesso em: 15 mar. 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.

OLIVEIRA, Adilson de. Petróleo e desenvolvimento: oportunidades e desafios para o Espírito Santo. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo**: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, 2010.

PIRES, Adriano. A indústria do petróleo e o caso do Espírito Santo. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo**: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, 2010.

RAINHA, Jamila. **Articulação de interesses entre setor privado e poder público**: o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação e o governo do estado do Espírito Santo. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ROCHA, Sônia. Pobreza e indignação no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 265-299, maio/ago. 2006.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHULTZ, Theodore. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Marta. Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo**: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, 2010.

UGÁ, Vivian. **A questão social como “pobreza”**: crítica à conceituação neoliberal. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

---

**Raquel Mota MASCARENHAS**

Docente Assistente DE do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (2014), estando bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2010). Tem experiência na área de Serviço Social e, atualmente, tem se dedicado aos temas: teoria social marxista, questão ambiental, pobreza, pobres, liberdade e barbárie.

---